ÁREA TEMÁTICA: Produtos Técnicos e Tecnológicos: Projetos Transdisciplinares

CATEGORIA: ENANGRAD Pleno

ADM JOVEM: PLATAFORMA DIGITAL NACIONAL DE RELACIONAMENTO ENTRE ESTUDANTES E O SISTEMA CFA/CRAs

Resumo

O relacionamento entre estudantes de Administração e o sistema profissional enfrenta desafios de alcance, continuidade, padronização de informações e transição entre formação e exercício profissional. Este Produto Técnico e Tecnológico apresenta o ADM Jovem, plataforma digital nacional concebida para centralizar o cadastro de estudantes de Administração e áreas correlatas e estruturar sua aproximação continuada com o Sistema CFA/CRAs. O trabalho objetiva descrever e analisar a concepção, o desenvolvimento, a arquitetura, a implementação e os resultados iniciais da solução, examinando sua aplicabilidade e seu potencial de impacto. Metodologicamente, caracteriza-se como estudo aplicado e descritivo de um artefato tecnológico desenvolvido por processo iterativo de identificação de problemas, definição de requisitos, construção, migração e consolidação de bases, implantação e acompanhamento operacional, em aproximação com a Design Science Research. A solução integra cadastro nacional, homologação regional, identificação CEA, padronização de instituições de ensino e acesso a serviços. O ambiente normativo reforça sua pertinência ao reconhecer amplo conjunto de formações conexas à Administração e ao prever incentivo temporal à primeira inscrição profissional após a colação de grau. Os dados analisados registram 1.251 cadastros homologados e 632 pendentes, além de aproximadamente 2,1 mil registros expirados herdados da trajetória anterior. Conclui-se que o ADM Jovem configura uma infraestrutura nacional de relacionamento concebida para reduzir a descontinuidade entre formação e exercício profissional e apoiar comunicação, empregabilidade, benefícios, interação com instituições de ensino e planejamento institucional.

Palavras-chave: transformação digital; relacionamento institucional; estudantes de Administração; plataforma digital; Design Science Research.

Abstract

The relationship between Business Administration students and the professional system faces challenges involving reach, continuity, information standardization, and the transition from education to professional practice. This Technical and Technological Product presents ADM Jovem, a nationwide digital platform designed to centralize the registration of students in Business Administration and related fields and to structure their continuous connection with the CFA/CRAs System. The study describes and analyzes the conception, development, architecture, implementation, and initial results of the solution, examining its applicability and potential impact. Methodologically, it is an applied and descriptive study of a technological artifact developed through an iterative process of problem identification, requirements definition, construction, database migration and consolidation, deployment, and operational monitoring, aligned with Design Science Research. The solution integrates nationwide registration, regional validation, CEA identification, standardization of educational institutions, and access to services. Its normative environment strengthens the product's relevance by recognizing a broad set of

educational programs related to Administration and by providing a time-based incentive for first professional registration after graduation. The analyzed data record 1,251 validated registrations and 632 pending registrations, in addition to approximately 2.1 thousand expired records inherited from the previous initiative. ADM Jovem is therefore understood as a nationwide relationship infrastructure designed to reduce discontinuity between education and professional practice while supporting communication, employability, benefits, interaction with educational institutions, and institutional planning.
Keywords: digital transformation; institutional relationship; Business Administration students; digital platform; Design Science Research.

1. Introdução

O ingresso na formação superior, tecnológica ou técnica em áreas vinculadas à Administração antecede o momento em que o futuro profissional estabelece uma relação formal com seu conselho profissional. Esse intervalo constitui um problema gerencial relevante: quando a aproximação institucional ocorre apenas após a conclusão do curso, o Sistema passa a disputar atenção e reconhecimento justamente no momento em que espera a conversão do egresso em profissional registrado. O desafio, assim, não se restringe à captação posterior de registros, mas à descontinuidade do relacionamento durante a transição entre formação e exercício profissional. Para o Sistema CFA/CRAs, a construção antecipada desse vínculo pode ampliar o conhecimento sobre a profissão, seus campos de atuação, serviços, oportunidades e estruturas de representação, desde que seja sustentada por entregas de valor e não apenas por comunicação institucional.

O projeto que originou o ADM Jovem foi lançado em 2016 pelo Conselho Regional de Administração do Ceará sob a denominação CRA Jovem, inicialmente como plataforma de cadastro de estudantes e emissão de carteira digital. A experiência foi posteriormente compartilhada com outros Conselhos Regionais. Em 2025, a celebração do Acordo de Cooperação Técnica nº 22/2025/CFA entre o Conselho Federal de Administração e o CRA-CE criou condições para a ampliação nacional da iniciativa. A mudança de escala exigiu, entretanto, mais do que replicar a solução preexistente: tornou-se necessário unificar bases, padronizar cadastros, reorganizar fluxos de homologação e redefinir a proposta de valor da plataforma.

A própria mudança de CRA Jovem para ADM Jovem expressa essa inflexão. O projeto passou a privilegiar a identidade associada à Administração, reduzindo a dependência de uma sigla institucional cuja compreensão não é necessariamente imediata para estudantes. Sob a perspectiva de marca, essa decisão pode ser interpretada à luz do brand equity, entendido como o conjunto de ativos e associações capazes de acrescentar valor à marca e fortalecer reconhecimento e identificação (Aaker, 1991). No caso analisado, o rebranding não constitui finalidade autônoma; integra uma estratégia mais ampla de relacionamento com um público que antecede o registro profissional.

Este trabalho parte, assim, do seguinte problema técnico-gerencial: como estruturar uma solução digital nacional capaz de centralizar, qualificar e manter dados de estudantes de Administração e áreas correlatas, ampliar e padronizar sua interação com o Sistema CFA/CRAs e reduzir a descontinuidade relacional existente entre formação e ingresso no exercício profissional? O objetivo é apresentar e analisar o ADM Jovem como Produto Técnico e Tecnológico, descrevendo sua concepção, arquitetura, processo de implementação, funcionalidades, resultados iniciais,

aplicabilidade e potencial de impacto. Como objetivos específicos, busca-se: (a) sistematizar o problema organizacional e o ambiente normativo que sustentam a solução; (b) descrever a arquitetura tecnológica e o modelo de governança do produto; (c) analisar evidências iniciais de implementação e alcance; e (d) propor critérios de avaliação continuada do relacionamento com estudantes e de sua posterior transição para o registro profissional.

O texto está organizado em sete seções além desta introdução. A segunda apresenta a fundamentação teórico-conceitual; a terceira explicita o percurso metodológico; a quarta descreve a concepção e a arquitetura do produto; a quinta examina implementação e funcionalidades; a sexta analisa os resultados disponíveis; a sétima discute aplicabilidade, impactos, limitações e perspectivas; e a última reúne as conclusões e contribuições.

2. Fundamentação teórico-conceitual

2.1 Transformação digital e construção de artefatos organizacionais

A transformação digital não se reduz à informatização de procedimentos existentes. Em termos organizacionais, ela implica reconfigurar processos, relações e capacidades por meio de tecnologias digitais. No ADM Jovem, essa distinção é central: a passagem de bases estaduais e cadastros dispersos para uma plataforma nacional modifica a forma pela qual dados estudantis são produzidos, homologados, organizados e potencialmente utilizados no planejamento de ações.

Para analisar produtos dessa natureza, a Design Science Research oferece uma base particularmente aderente. Hevner et al. (2004) situam a design science no campo dos sistemas de informação como paradigma voltado à criação e avaliação de artefatos destinados a ampliar capacidades humanas e organizacionais. Peffers et al. (2007) operacionalizam essa lógica em uma metodologia composta por identificação do problema, definição dos objetivos da solução, design e desenvolvimento, demonstração, avaliação e comunicação. O valor dessa abordagem para o presente PTT está em deslocar a análise da tecnologia isolada para a relação entre problema organizacional, artefato construído e utilidade demonstrada.

2.2 Relacionamento institucional, identidade e valor de marca

Uma plataforma voltada a estudantes somente produz valor institucional se conseguir converter cadastro em relacionamento. Essa distinção evita tratar a base de dados como resultado final. Na literatura de marketing de relacionamento, relações duradouras dependem da construção e manutenção de trocas relacionais bem-sucedidas, nas quais confiança e comprometimento assumem papel central (Morgan & Hunt, 1994). No ADM Jovem, o estudante é simultaneamente usuário da solução, público de comunicação e futuro profissional potencialmente vinculado ao Sistema. A arquitetura da plataforma procura responder a essa condição ao associar identificação, benefícios, empregabilidade, informação e interação com instituições de ensino.

A dimensão identitária também interfere na capacidade de aproximação. Aaker (1991) argumenta que o valor de marca é sustentado por ativos como reconhecimento, associações e lealdade. Embora formulado originalmente para contextos de mercado, o conceito ajuda a compreender a decisão de substituir, na marca do projeto, a referência prioritária à autarquia pela referência à profissão. A

denominação ADM Jovem aproxima o signo do projeto do universo simbólico do estudante e cria uma marca única para uma iniciativa de abrangência nacional. Essa interpretação, contudo, deve ser tratada como fundamento da estratégia de comunicação, e não como evidência automática de maior engajamento, pois os dados disponibilizados ainda não permitem testar causalmente os efeitos do rebranding.

2.3 Ambiente normativo e transição entre formação e exercício profissional

A pertinência do ADM Jovem também precisa ser compreendida a partir do ambiente regulatório do Sistema CFA/CRAs. A Lei nº 4.769/1965 atribui ao Conselho Federal a orientação e o disciplinamento do exercício profissional e aos Conselhos Regionais a execução das diretrizes, a fiscalização e a manutenção do registro profissional. Embora essas competências se concentrem formalmente no exercício da profissão, sua efetividade institucional pressupõe capacidade de comunicação e organização de informações sobre os públicos que ingressarão nesse campo profissional.

O Regulamento de Registro do Sistema CFA/CRAs, aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 649/2024 e posteriormente alterado, torna essa relação com o estudante particularmente concreta ao prever procedimentos de cadastro estudantil e ao disciplinar as formações alcançadas pelo sistema. A Resolução Normativa CFA nº 670/2025 ampliou o art. 11 do regulamento e passou a reconhecer 26 cursos de educação profissional técnica de nível médio como conexos à Administração, entre eles Administração, Comércio, Logística, Marketing, Recursos Humanos, Serviços Públicos, Eventos, Hospedagem, Agronegócio e Segurança do Trabalho. O público potencial do ADM Jovem, portanto, não se limita ao bacharelado em Administração: alcança estudantes de diferentes trajetórias formativas que podem futuramente integrar o universo profissional regulado pelo Sistema.

A Resolução Normativa CFA nº 677/2025 acrescenta um elemento temporal relevante a essa arquitetura de relacionamento. Seu art. 8º assegura, na primeira inscrição requerida em até 90 dias da colação de grau, isenção da anuidade do exercício vigente e desconto de 50% na anuidade do exercício subsequente. O dispositivo cria uma janela institucional objetiva de transição entre a condição de estudante ou egresso e a de profissional registrado. Sob essa perspectiva, o ADM Jovem pode funcionar como infraestrutura que antecede essa janela: o vínculo é construído durante a formação e, ao final do curso, o Sistema dispõe de condições para comunicar direitos, serviços e procedimentos de registro no momento em que eles se tornam mais pertinentes.

Essa articulação altera a interpretação gerencial do produto. Em vez de uma ferramenta voltada exclusivamente à captação de registros, o ADM Jovem passa a ser compreendido como mecanismo de gestão do ciclo de relacionamento: formação, aproximação institucional, geração de valor, conclusão do curso, transição ao exercício profissional e relacionamento continuado. A conversão em registro constitui um resultado possível desse percurso, mas não substitui a necessidade de mensurar qualidade, frequência e utilidade das interações que o antecedem.

3. Metodologia

O trabalho possui natureza aplicada e descritiva, orientada à sistematização e análise de um Produto Técnico e Tecnológico já desenvolvido e em processo de consolidação nacional. O objeto empírico é o ADM Jovem, considerado como artefato

digital organizacional. A descrição metodológica foi construída a partir da documentação funcional e técnica do projeto, dos registros de evolução da solução e dos dados consolidados de situação cadastral disponibilizados em 10 de agosto de 2026.

Como estrutura analítica, adotou-se uma aproximação com a Design Science Research, especialmente com o processo proposto por Peffers et al. (2007). Não se afirma que o desenvolvimento original tenha sido formalmente conduzido sob protocolo DSR desde sua origem; a metodologia é utilizada retrospectivamente para organizar e tornar explícita a lógica de problema, objetivos, construção, demonstração e avaliação do artefato. Essa ressalva é necessária para evitar atribuir ao processo uma formalização metodológica que a documentação fornecida não comprova.

A análise foi desenvolvida em quatro movimentos: (a) reconstrução do problema e da trajetória do CRA Jovem ao ADM Jovem; (b) descrição da arquitetura tecnológica, das regras de negócio e dos fluxos de homologação; (c) exame das funcionalidades e da proposta de valor para estudantes, Conselhos Regionais e instituições de ensino; e (d) análise descritiva dos dados nacionais de status cadastral. Os resultados quantitativos são apresentados como indicadores de implantação e utilização da base, sem inferências estatísticas ou afirmações causais.

Quadro 1. Correspondência entre etapas da DSRM e o desenvolvimento do ADM Jovem

Etapa	Aplicação ao ADM Jovem	Evidência documental
Identificação do problema	Fragmentação de cadastros, baixa padronização e necessidade de aproximação nacional com estudantes.	Histórico do projeto e documentação funcional.
Objetivos da solução	Unificar cadastro, padronizar informações, apoiar homologação e ampliar serviços e relacionamento.	Descrição do ADM Jovem e ADM IES.
Design e desenvolvimento	Construção de aplicação web, regras dinâmicas, base relacional e módulos customizados.	Resumo técnico de arquitetura.
Demonstração	Operação nacional com registros migrados e novos cadastros submetidos à homologação.	Dados nacionais de status.
Avaliação inicial	Leitura descritiva da cobertura, situação cadastral e capacidade de consolidação.	Painéis de status nacional e por UF.
Comunicação	Sistematização do produto, arquitetura, resultados e potencial de impacto.	Presente PTT.

Nota. Elaboração a partir da documentação técnica e funcional disponibilizada para o PTT.

4. ADM Jovem: concepção e arquitetura do produto

O ADM Jovem é uma aplicação web nacional destinada ao cadastro e ao relacionamento com estudantes de Administração e áreas correlatas. Podem integrar a plataforma estudantes de cursos de bacharelado em Administração, cursos superiores de tecnologia vinculados à gestão e cursos técnicos de nível médio abrangidos pela iniciativa. A centralização cria uma base nacional única, substituindo a lógica de soluções isoladas e permitindo que informações de diferentes unidades federativas sejam organizadas sob regras comuns.

Tecnicamente, a solução foi estruturada sobre ScriptCase 9.x, com aplicações predominantemente em PHP e integração a banco MySQL/MariaDB. O front-end combina componentes do próprio ambiente de desenvolvimento com HTML5, CSS3, JavaScript e recursos AJAX. A tabela estudante concentra identificação, contatos, documentação, endereço, formação acadêmica, arquivos e campos de controle; as tabelas sec_users e sec_users_groups sustentam autenticação e perfis de acesso. Tabelas auxiliares, como estados e mec, apoiam consultas e padronização.

A arquitetura foi dividida em aplicações especializadas. Formulários controlam cadastro e edição, inclusive dependências entre campos; aplicações Blank suportam interfaces e processos customizados, como perfil, homologação, documentos, benefícios e verificação pública; e o Menu organiza a navegação do ambiente autenticado. Entre as regras de negócio, destaca-se a separação entre UF de residência e UF da formação, com limpeza automática de campos dependentes quando a unidade federativa acadêmica é alterada. Esse mecanismo reduz inconsistências e evita permanência de informações vinculadas a uma seleção anterior.

O fluxo administrativo segue a sequência de cadastro, análise pelo Conselho Regional, homologação, validade e expiração. Na homologação são registrados status, data, usuário responsável e validade. A solução também utiliza identificação própria por meio da Carteira do Estudante da Administração (CEA), com numeração sequencial.

Quadro 2. Arquitetura lógica simplificada do ADM Jovem

ADM JOVEM	Plataforma nacional	Relacionamento estudantil
Formulários	Aplicações Blank	Menu
PHP / AJAX	PHP + HTML / CSS / JavaScript	Navegação e recursos globais
	MySQL / MariaDB	
estudante	**sec_users**	**sec_users_groups**

Nota. Síntese elaborada a partir do resumo técnico consolidado da arquitetura e das tecnologias.

5. Implementação, integração e funcionalidades

A implantação nacional exigiu um trabalho de migração e consolidação de bases estaduais e legadas. A documentação técnica registra operações de reconstrução de identificadores, ajuste de auto incremento, relacionamento por CPF e login, reconstrução de user_id, criação de vínculos de grupos, normalização de UFs, correção de datas, migração de fotos e anexos, geração de CEA para registros sem identificação e tratamento de CPFs duplicados. Esse conjunto de procedimentos constitui parte substantiva do produto, pois a utilidade de uma plataforma nacional depende da qualidade e da interoperabilidade mínima dos dados que recebe.

A integração com o ADM IES responde a um problema específico observado na solução anterior: a existência de diferentes nomenclaturas para uma mesma instituição de ensino. A nova estrutura prevê cadastro institucional padronizado, permitindo maior confiabilidade na identificação das IES e melhor organização das informações. Essa funcionalidade amplia as possibilidades de participação das instituições de ensino na ecologia do produto e reduz a dependência de texto livre no cadastro estudantil.

Para o estudante, a proposta de valor ultrapassa a emissão digital da CEA. A documentação do projeto prevê acesso a benefícios do ADM+, à plataforma de empregabilidade ADM-Talentos e a informações sobre exercício profissional e eventos. O ADM Experience acrescenta uma dimensão presencial e relacional, com

visitas de instituições de ensino às sedes dos CRAs e visitas dos Conselhos às IES, apoiadas por materiais, vídeos, apresentações e roteiros disponibilizados na plataforma.

Essa combinação permite interpretar o ADM Jovem como infraestrutura de relacionamento, e não como mero cadastro. O registro constitui a camada de identificação; a homologação, a camada de confiabilidade; a integração com IES, a camada de padronização institucional; e os serviços associados, a camada de geração de valor e continuidade da relação.

6. Resultados iniciais e análise

Os dados nacionais disponibilizados em 10 de agosto de 2026 permitem uma avaliação descritiva inicial da base. O painel registra 1.251 cadastros homologados e 632 pendentes. O conjunto de registros expirados aparece no gráfico nacional em patamar aproximado de 2,1 mil cadastros. Como o arquivo fornecido apresenta esse último valor graficamente, sem tabela numérica consolidada no texto, optou-se por não atribuir uma contagem exata além daquela visualmente suportada pelo documento.

A distribuição por unidade federativa é heterogênea. O gráfico evidencia concentrações relevantes de registros em alguns estados, especialmente Maranhão e Pernambuco entre os cadastros homologados e expirados, além de volume expressivo de pendências no Pará. Essa assimetria não deve ser interpretada automaticamente como diferença de interesse dos estudantes. Ela pode refletir a trajetória histórica de adesão dos Conselhos Regionais, migrações de bases preexistentes, estágio de implantação, ações locais de mobilização e ritmo de homologação. Os dados fornecidos não permitem decompor esses efeitos.

Mesmo com essa limitação, os números demonstram que o produto já opera sobre uma base nacional real, com diferentes estados de ciclo de vida cadastral. Para avaliação do PTT, esse aspecto é relevante porque diferencia uma solução apenas projetada de um artefato efetivamente implementado, utilizado e submetido a rotinas administrativas de validação.

Quadro 3. Situação nacional dos cadastros disponibilizados em 10 de agosto de 2026

Status	Quantidade	Observação
Homologado	1.251	Contagem indicada no painel nacional.
Pendente	632	Contagem indicada no painel nacional.
Expirado	aprox. 2,1 mil	Valor apresentado graficamente; fonte não fornece tabela textual com contagem exata.

Nota. Dados extraídos do painel nacional ADM Jovem fornecido para elaboração deste PTT.

7. Aplicabilidade, potencial de impacto, limitações e perspectivas

A aplicabilidade do ADM Jovem decorre de três características combinadas. A primeira é a abrangência nacional, que permite padronizar um processo anteriormente distribuído entre iniciativas regionais. A segunda é a modularidade, pois cadastro, homologação, benefícios, empregabilidade, informação, interação com IES e ações presenciais podem evoluir sem descaracterizar o núcleo do sistema. A terceira é a

capacidade de produzir uma base organizada para planejamento, segmentação territorial e desenho de ações voltadas ao público estudantil.

O potencial de impacto pode ser observado em diferentes níveis. Para os estudantes, a plataforma cria um ponto único de contato com serviços e informações vinculados à profissão. Para os CRAs, oferece instrumentos de identificação e homologação do público estudantil de sua jurisdição e materiais para ações de aproximação. Para o CFA, cria uma visão nacional e condições para padronizar políticas e acompanhar a evolução do relacionamento. Para as IES, a integração prevista reduz inconsistências de nomenclatura e abre um canal estruturado de interação com os Conselhos.

Há, contudo, limitações que precisam ser explicitadas. Os dados disponíveis são essencialmente cadastrais e de status; não há, no material fornecido, métricas longitudinais de acesso, utilização de benefícios, inserção no ADM-Talentos, participação em eventos, satisfação, conversão posterior em registro profissional ou comparação antes/depois. Consequentemente, ainda não é metodologicamente defensável afirmar que a plataforma aumentou o engajamento ou produziu determinado efeito sobre o registro profissional. Tais resultados constituem hipóteses de impacto a serem avaliadas em ciclos posteriores.

A arquitetura documentada indica, ainda, possibilidade de evolução para exposição controlada de dados por API a sistemas credenciados, com autenticação e filtragem por estado/CRA. Essa perspectiva amplia a interoperabilidade, mas também torna mais relevantes mecanismos formais de governança de dados, segurança, definição de perfis, rastreabilidade de acessos e observância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, especialmente quanto à finalidade, adequação, necessidade, segurança, prevenção e responsabilização no tratamento de dados pessoais (Brasil, 2018). A documentação técnica fornecida descreve a preparação arquitetural para essa camada, mas não detalha protocolo de API já implantado; por isso, a funcionalidade é tratada aqui como perspectiva, e não como resultado concluído.

7.1 Dimensões de valor do produto

A análise do produto permite distinguir quatro dimensões de valor que se reforçam mutuamente. A dimensão informacional decorre da centralização e padronização de dados; a dimensão operacional está associada à homologação, atualização e controle do ciclo de vida cadastral; a dimensão relacional reúne os mecanismos de contato, benefícios, empregabilidade e experiências institucionais; e a dimensão estratégica corresponde à possibilidade de transformar uma base nacional qualificada em insumo para planejamento e formulação de ações. A ausência de qualquer dessas dimensões reduziria o alcance do produto: dados sem serviços tenderiam a produzir apenas estoque informacional; serviços sem dados confiáveis dificultariam segmentação e acompanhamento.

A dimensão informacional é especialmente sensível porque a expansão nacional introduz problemas que não aparecem com a mesma intensidade em bases locais. Nomenclaturas distintas para uma mesma instituição, CPFs duplicados, divergências de unidade federativa, identificadores reconstruídos e registros herdados de bases anteriores são exemplos de questões que afetam diretamente a confiabilidade do sistema. A integração com o ADM IES e as rotinas de normalização respondem a esse problema na origem, procurando substituir correções posteriores por regras de entrada e referência mais consistentes.

A dimensão operacional evidencia uma escolha de governança: a existência de uma plataforma nacional não elimina o papel dos Conselhos Regionais. Ao contrário, a homologação preserva uma etapa descentralizada de análise vinculada à jurisdição do estudante, enquanto a infraestrutura tecnológica e os padrões de dados são centralizados. Trata-se, assim, de um arranjo híbrido entre coordenação nacional e execução regional. Essa característica é relevante para a escalabilidade do produto, pois a expansão não depende de transferir integralmente ao nível federal atividades que podem ser realizadas pelos regionais.

Na dimensão relacional, o principal desafio é converter disponibilidade de serviços em uso efetivo e continuidade de vínculo. Benefícios, empregabilidade, notícias, CEA e experiências presenciais ampliam a proposta de valor, mas sua existência na arquitetura não equivale, por si, a engajamento. A avaliação madura do produto deverá acompanhar jornadas de usuário: cadastro, homologação, emissão da CEA, primeiro acesso a serviços, recorrência, participação em ações, conclusão do curso e eventual transição para o registro profissional. Essa última etapa ganha relevância adicional diante do art. 8º da RN CFA nº 677/2025, que estabelece incentivo específico para a primeira inscrição requerida em até 90 dias da colação de grau. A plataforma pode, assim, apoiar uma transição institucional orientada por informação e geração prévia de valor, em vez de uma abordagem apenas reativa após a formatura.

A dimensão estratégica emerge quando os dados deixam de servir exclusivamente ao processamento individual de cadastros e passam a apoiar decisões. Uma base nacional pode permitir identificar territórios com baixa cobertura, instituições ainda pouco conectadas, concentrações por modalidade de formação, períodos de maior entrada de estudantes e gargalos de homologação. Essas aplicações dependem, contudo, da qualidade dos dados e de indicadores previamente definidos. O potencial analítico é uma capacidade do produto; sua realização requer governança e rotina gerencial.

7.2 Critérios para avaliação continuada

A avaliação inicial apresentada neste PTT privilegia evidências de implementação porque são as informações efetivamente disponíveis. Para ciclos posteriores, recomenda-se uma matriz de indicadores organizada em cinco grupos: alcance, eficiência operacional, utilização, relacionamento e transição profissional. Indicadores de alcance podem incluir novos cadastros, cobertura territorial e presença por instituição de ensino; indicadores operacionais, tempo de homologação, pendências e inconsistências; indicadores de utilização, acessos, emissão da CEA e uso dos serviços; indicadores relacionais, participação em ações, recorrência e satisfação; e indicadores de transição profissional, conclusão de curso, comunicação na janela pós-colação e eventual registro. A taxa de conversão em registro deve ser tratada como indicador relevante, mas não exclusivo, pois o desempenho do produto depende também da qualidade do relacionamento construído durante a formação.

Essa matriz deve evitar uma leitura exclusivamente volumétrica. O crescimento do número de cadastrados é relevante, mas pode coexistir com baixa utilização posterior. Da mesma forma, uma unidade federativa com menor quantidade absoluta de estudantes pode apresentar elevada cobertura em relação ao universo local. A construção de denominadores adequados e séries históricas permitirá distinguir expansão nominal, cobertura efetiva e intensidade de relacionamento.

Também se recomenda separar indicadores de estoque e de fluxo. Homologados, pendentes e expirados descrevem posições do cadastro em determinado momento; novos registros, homologações realizadas, expirações e reativações em um período descrevem o movimento. A combinação dessas perspectivas tende a produzir diagnóstico mais útil para a gestão e evita interpretações equivocadas de um painel composto apenas por totais acumulados.

7.3 Replicabilidade e caráter transdisciplinar

O caráter transdisciplinar do ADM Jovem decorre da combinação de problemas de Administração, marketing, sistemas de informação, gestão de dados, relacionamento institucional e educação superior. A solução não é apenas software, tampouco apenas uma ação de comunicação. Sua implementação depende da tradução de objetivos institucionais em requisitos tecnológicos, regras administrativas, padrões cadastrais e experiências de usuário.

Essa combinação favorece a replicabilidade conceitual do produto para outras organizações profissionais ou entidades de representação que necessitem construir relacionamento anterior ao vínculo formal com seus públicos. A replicação, entretanto, não deve ser confundida com simples cópia do código ou da interface. Elementos como regras de elegibilidade, estrutura territorial, processos de validação, legislação aplicável, serviços oferecidos e governança institucional precisam ser parametrizados segundo o contexto de cada organização.

No próprio Sistema CFA/CRAs, a replicabilidade assume a forma de escalabilidade federativa: uma arquitetura comum deve comportar diferentes realidades regionais sem perder padronização nacional. O desenho documentado procura responder a esse requisito por meio de base centralizada, perfis de acesso, homologação regional e filtros territoriais. Essa configuração constitui uma característica relevante para a escalabilidade do produto, ao combinar coordenação nacional e execução regional.

7.4 Sustentabilidade operacional e governança da solução

A consolidação nacional transforma a manutenção do ADM Jovem em questão de governança permanente. Sistemas cadastrais acumulam perda de qualidade quando regras, responsabilidades e rotinas de atualização não acompanham sua expansão. No produto analisado, o ciclo de homologação e validade cria mecanismos básicos para distinguir registros ativos, pendentes e expirados. A efetividade desses mecanismos, entretanto, depende da atuação coordenada dos agentes responsáveis pela análise e da existência de procedimentos uniformes para tratamento de exceções.

A documentação técnica demonstra que parte relevante do desenvolvimento foi dedicada à correção de problemas típicos de integração de bases: duplicidades, reconstrução de vínculos, normalização de unidades federativas, correção de datas e migração de arquivos. Essa experiência constitui aprendizado tecnológico do projeto. Em futuras incorporações de bases, procedimentos de validação prévia, dicionário de dados e critérios de aceite podem reduzir o volume de correções posteriores e tornar a expansão mais previsível.

A separação entre dados de residência e dados acadêmicos ilustra como decisões aparentemente simples de modelagem possuem consequências gerenciais. Vincular instituição de ensino à UF de residência poderia produzir associações incorretas para estudantes que residem em um estado e estudam em outro. Ao tornar

os campos independentes e limpar imediatamente valores dependentes quando a UF acadêmica é alterada, o sistema incorpora a regra de negócio à própria interface, reduzindo inconsistências na origem.

Outro aspecto da sustentabilidade é a possibilidade de integração futura com sistemas credenciados. A arquitetura descrita foi preparada para exposição controlada de estudantes por API, com filtragem territorial e autenticação dos consumidores. Essa evolução pode reduzir redundâncias entre sistemas e ampliar o aproveitamento institucional da base. Sua implementação deverá ser acompanhada por definição explícita de finalidades de acesso, perfis, registros de operação e critérios de segurança, de modo que interoperabilidade não signifique perda de controle sobre os dados.

7.5 Síntese avaliativa do Produto Técnico e Tecnológico

À luz dos critérios de avaliação de PTT do 37º ENANGRAD, o ADM Jovem apresenta clareza de produto ao materializar uma plataforma nacional identificável, com problema e objetivos diretamente associados à fragmentação cadastral e relacional anteriormente existente. Sua consistência teórico-conceitual decorre da articulação entre Design Science Research, transformação digital, relacionamento institucional e gestão de marca, complementada pela análise do ambiente normativo que define o público e a janela de transição para o registro profissional.

Quanto à implementação, a complexidade reside menos na utilização isolada de tecnologias conhecidas e mais na integração entre bases legadas, regras de negócio, homologação descentralizada, padronização nacional, segurança de acesso e articulação com serviços complementares. A aplicabilidade é demonstrada pela operação nacional e pela possibilidade de uso por diferentes CRAs, enquanto o potencial de impacto se expressa na capacidade de transformar dados dispersos em infraestrutura de relacionamento. A evidência disponível, contudo, ainda é predominantemente operacional; impacto comportamental e institucional de médio prazo dependerá de séries históricas e indicadores de uso, satisfação e transição profissional.

8. Conclusão e contribuições

O ADM Jovem responde a um problema organizacional concreto: a fragmentação do relacionamento do Sistema CFA/CRAs com estudantes e a ausência de uma infraestrutura nacional padronizada capaz de sustentar esse vínculo antes do registro profissional. Sua contribuição técnica reside na consolidação de bases, definição de regras comuns, homologação regional, identificação digital, integração com instituições de ensino e articulação de serviços em uma mesma arquitetura. A análise normativa amplia essa interpretação ao demonstrar que o público potencial inclui diferentes formações conexas à Administração e que existe uma janela regulatória específica para a transição entre colação de grau e primeira inscrição profissional.

A análise permite sustentar que o produto não deve ser reduzido a uma plataforma de cadastro nem a um mecanismo de captação de registros. Seu núcleo cadastral é condição de funcionamento, mas a proposta tecnológica mais ampla consiste em estruturar um ciclo nacional de relacionamento: formação, aproximação, geração de valor, conclusão do curso, transição profissional e relacionamento continuado. Essa formulação desloca o critério de sucesso do simples volume de

registros para a capacidade de transformar dados confiáveis em comunicação, serviços, oportunidades e interações úteis ao longo da trajetória do estudante.

Os resultados disponíveis comprovam implementação e operação, mas ainda não autorizam conclusões causais sobre engajamento, fortalecimento da identidade profissional ou conversão futura em registros. A próxima etapa avaliativa deve incorporar indicadores de uso, recorrência, alcance de serviços, participação em ações, satisfação, conclusão de curso e trajetória posterior dos cadastrados, inclusive durante a janela de até 90 dias pós-colação prevista pela RN CFA nº 677/2025. Com esse avanço, o ADM Jovem poderá ser avaliado não apenas como artefato funcional, mas como instrumento de política institucional de aproximação, valorização da Administração e gestão da transição entre formação e exercício profissional.

Referências

Aaker, D. A. (1991). Managing brand equity: Capitalizing on the value of a brand name. Free Press.

Brasil. (1965). Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965. Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração e dá outras providências. Diário Oficial da União.

Brasil. (2018). Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União.

Conselho Federal de Administração. (2024). Resolução Normativa CFA nº 649, de 28 de maio de 2024. Aprova o Regulamento de Registro do Sistema CFA/CRAs.

Conselho Federal de Administração. (2025a). Resolução Normativa CFA nº 670, de 26 de junho de 2025. Altera o Regulamento de Registro do Sistema CFA/CRAs.

Conselho Federal de Administração. (2025b). Resolução Normativa CFA nº 677, de 12 de novembro de 2025. Dispõe sobre os valores das anuidades, taxas e multas devidas aos Conselhos Regionais de Administração e dá outras providências.

Hevner, A. R., March, S. T., Park, J., & Ram, S. (2004). Design science in information systems research. MIS Quarterly, 28(1), 75–105. https://doi.org/10.2307/25148625

Morgan, R. M., & Hunt, S. D. (1994). The commitment-trust theory of relationship marketing. Journal of Marketing, 58(3), 20–38. https://doi.org/10.1177/002224299405800302

Peffers, K., Tuunanen, T., Rothenberger, M. A., & Chatterjee, S. (2007). A design science research methodology for information systems research. Journal of Management Information Systems, 24(3), 45–77. https://doi.org/10.2753/MIS0742-1222240302